



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Recurso de agravo nº 205946-5/01 – Comarca de Caruaru**

**Agravantes:** Marivânia Santana de Lima e outros.

**Agravado:** Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Caruaru.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO COM POSSIBILIDADE DE EFEITO SUSPENSIVO. VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM. INVIABILIDADE. INDEFERIMENTO LIMINAR RATIFICADO. INTEGRATIVO IMPROVIDO. 1. A pretensão deduzida no mandado de segurança de origem ataca atos judiciais claramente desconstituíveis por recursos adequados e oportunos, pois se há cerceamento processual em tese configurado, como se alega, caberá aos impetrantes agravarem retido e, sendo o caso, requerer os favores do art. 558 do CPC e, sendo negado esse efeito suspensivo excepcional, ainda assim caberá agravo de instrumento ao qual se poderá deferir o efeito suspensivo previsto no art. 527, III, do CPC, sem vulneração, nesse particular, dos arts. 5º, LV, da CF e 5º, II, da Lei nº 12.016/09, sob pena de afronta ao comando da Súmula nº 267 do STF. 2. Não obstante, os agravantes agem contra fato próprio, pois negam vigência ao contido no art. 45 do CPC, já que o advogado por eles constituído renunciou ao mandato na véspera da audiência no processo de origem, e mesmo sabendo todos da sua obrigação funcional de permanecer responsável processualmente no decênio subsequente, procura-se tirar benefício sob suposto prejuízo processual, por alegado porém inexistente cerceamento de defesa. 3. É o que o doutrinador português Menezes Cordeiro denomina de *venire contra factum proprium*, que traduz o exercício de uma posição jurídica em contradição com o comportamento assumido anteriormente pelo exercente, contrariando o contido no art. 243 do CPC. 4. Recurso de agravo à unanimidade improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de agravo nº 205946-5/01, acima referenciados, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, dos votos e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 20 de maio de 2010

**Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator**

137 21



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível  
*Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto*

**Recurso de agravo nº 205946-5/01 – Comarca de Caruaru**

**Agravantes:** Marivânia Santana de Lima e outros.

**Agravado:** Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Caruaru.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de agravo diante de decisão terminativa de minha lavra que indeferiu liminarmente a ação de segurança apensada, nos seguintes termos:

“O presente feito não tem como prosperar, diante da aparente inadequação da via eleita no caso concreto.

É que a pretensão originariamente deduzida na verdade ataca atos judiciais claramente desconstituíveis por recursos adequados e oportunos, pois se há cerceamento processual em tese configurado, como se alega, caberá aos impetrantes agravarem retido para, quando do sentenciamento e caso vencidos, posam argüir em preliminar a nulidade do processo por esta razão, nos termos do art. 523 e seguintes do CPC, inclusive com a possibilidade de emprestamento excepcional de efeito suspensivo, conforme regra prevista no art. 558 do CPC.

Quanto aos efeitos de possível condenação inadequada contra os impetrantes, faço observar os termos do art. 472 do CPC, matéria igualmente a ser enfrentada, sendo a hipótese, em sede recursal adequada e oportuna, com efeito suspensivo, de acordo com ao art. 520 do CPC.

Incabível, portanto, mandado de segurança contra atos judiciais passíveis de recurso, matéria objeto da Súmula nº 267 do STF.

Diante de todo o exposto, com fundamento nos arts. 267, I, c/c 295, III, ambos do CPC, e 5º, II, da Lei nº 12.016/09, indefiro liminarmente a presente ação mandamental. P.R.I. Recife, 29 de março de 2009”.

Segundo os agravantes, esta decisão estaria a merecer juízo retratatório, para admissão da inicial e o deferimento da liminar ali requerida, e ulteriores trâmites legais, ou submissão integrativa ao colegiado competente, pois teria equivocadamente tomado por base o cabimento de recurso nos autos da ação civil pública por improbidade originária e não considerou a falta de advogado para suas representações regulares, violando as regras dos arts. 5º, II, da Lei nº 12.016/09 e 5º, LV, da CF, na linha de precedente citado do STJ, a inviabilizar a via peregrina da ação de segurança, razões que ensejariam a reforma do julgado, para os fins ali requeridos, vindo os autos conclusos após alteração no registro da autuação, para adequação recursal do que previsto no art. 10, § 1º, da Lei nº 12.016/09.

É o relatório.

W

138 22

## VOTO

Há dois fundamentos que são apresentados pelos agravantes como razões que justificariam a necessidade de reforma da decisão agravada, quais sejam, cerceamento do direito de defesa e falta de regular representação nos autos da ação civil pública de origem, que implicariam na nulidade do citado processo, para sua regularização técnica, diante de decisão interlocutória proferida que desafiaria recurso sem efeito devolutivo, viabilizando, assim, o manejo da ação mandamental, a teor do contido nos arts. 5º, LV, da CF e 5º, II, da Lei nº 12.016/09.

Faço mais uma vez observar que a pretensão originariamente deduzida na verdade ataca atos judiciais claramente desconstituíveis por recursos adequados e oportunos, pois se há cerceamento processual em tese configurado, como se alega, caberá aos impetrantes agravarem retido e, sendo o caso, requerer os favores do art. 558 do CPC e, sendo negado esse efeito suspensivo excepcional, ainda assim caberá agravo de instrumento ao qual se poderá deferir o efeito suspensivo previsto no art. 527, III, do CPC.

A concessão de efeito suspensivo direto pela via da ação de segurança não me parece adequada, já que há via recursal própria, com possibilidade de efeito suspensivo no caso concreto.

Registro ainda que os agravantes agem contra fato próprio, pois negam vigência ao contido no art. 45 do CPC, já que o advogado poderá a qualquer tempo renunciar ao mandato por eles outorgados, desde que prove que cientificou os mandantes previamente para nomeação de substituto e, ainda assim, continuaria responsável pela representação nos 10 (dez) dias subseqüentes para evitar prejuízo aos mandantes.

Ora, na véspera da audiência no processo de origem o advogado renuncia ao mandato outorgado pelos agravantes e, mesmo diante de sua obrigação funcional acima exposta, sabendo todos dessas conseqüências, procura-se tirar benefício próprio para alegar prejuízo processual, por alegado cerceamento de defesa.

É o que o doutrinador português Menezes Cordeiro denomina de *venire contra factum proprium*, que traduz o exercício de uma posição jurídica em contradição com o comportamento assumido anteriormente pelo exercente, contrariando o contido no art. 243 do CPC.

Por todo o exposto, a reafirmando ser incabível mandado de segurança contra atos judiciais passíveis de recurso com possibilidade de deferimento de efeito suspensivo, como na espécie, na esteira da Súmula nº 267 do STF, nego provimento ao presente recurso de agravo.

É como voto.

Recife, 20 de maio de 2010

**Des. Ricardo Paes Barreto**  
**Relator**